

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**«O CONCEITO DE IMPARIDADE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA – A
APLICABILIDADE DA NRF 17»**

Iara Helena Antunes Rodrigues

Mindelo, Maio de 2009

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**«O CONCEITO DE IMPARIDADE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA -
APLICABILIDADE DA NRF 17»**

Iara Helena Antunes Rodrigues

Orientador: Doutor Anselmo Fonseca

Mindelo, Março de 2009

À minha família, pelo amor e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Manifesto aqui o meu agradecimento e reconhecimento a todos aqueles que directa, ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

De especial forma quero agradecer ao meu orientador Doutor Anselmo Fonseca pela paciência e a forma como soube orientar-me na preparação deste trabalho.

Da mesma forma, e com igual destaque, quero agradecer à **Alucar, SA**, organização que aceitou participar no meu caso de estudo, pela disponibilidade e interesse, muito em particular o seu PCA Dr. Hermes Morazzo.

Aos colegas e professores do curso de licenciatura em contabilidade e administração, ano lectivo 2008-2009, e a coordenação bem como a todos os funcionários do Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE – quero manifestar o meu mais profundo agradecimento.

Iara Rodrigues

Mindelo, Maio de 2009

O justo valor é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valemos (...). Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais certo do que os valores históricos que se registam no balanço.”

(João Duque)

RESUMO ANALÍTICO

O presente trabalho, pretende como objectivo geral, contribuir para o conhecimento e aplicação prática do conceito de imparidade de activos, visando aproximar os valores das demonstrações financeiras de uma empresa ao respectivo valor económico.

A abordagem é direccionada para o meio empresarial cabo-verdiano onde se pretende chamar a atenção para as mudanças que irão ocorrer a nível contabilístico e fiscal, e em particular no que diz respeito à imparidade de activos.

O trabalho foi preparado com base em consulta de bibliografia especializada, de normativos estabelecidos no país e ainda recolha de opinião de profissionais da área.

Palavras-chave: imparidade, mensuração, justo valor, quantia recuperável

ABSTRACT

The present work has as general purpose, contribute for the knowledge and practical application of the concept of Impairment of assets, seeking to approximate the values of the financial demonstrations of the companies to the respective economic value.

The approach comes to the capeverdian business way, where we intend to alert for what will pass to be accounting practical, the legal and framing in the one that concerns the theme in analysis.

The work was prepared with base in consultation of specialized bibliography, of normative established in Cape Verde and still collects of professionals of this area opinion.

Key-words: impairment, measurement, fair value, recoverable amount

LISTA DE ABREVIATURAS

		Pág.
ALD	Aluguer de longa duração	53
amort.	Amortização	34
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	42
CVE	Escudos cabo-verdianos	52
CVM	Comissão Valores Monetários	41
dep.	Depreciação	34
EUA	Estados Unidos da América	21
FAS	Financial Accounting Standards	22
FASB	Financial Accounting Standards Board	22
IAS	Financial Accounting Standards	21
IASB	Internacional Accounting Standards Board	22
IFRS	Internacional financial reporting standards	21
IUR	Imposto único sobre o rendimento	56
LIFO	Last in first out (último a entrar primeiro a sair)	28
NIC	Norma Internacional de Contabilidade	19
NRF	Norma de relato financeiro	I, II
PCA	Presidente conselho administração	IV
p.i	Perda por imparidade	24,38
PNC	Plano Nacional de Contabilidade	43
POC	Plano Oficial de Contabilidade	40
PPIA	Perda por imparidade acumulada	56
ROA	Retorno do activo	48
ROE	Retorno sobre o património líquido	49
ROI	Return on investment	49
SNC	Sistema normalização contabilística	22
SNCRF	Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro	51
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados	41
VCL	Valor Contabilístico Líquido	38

LISTA DE TABELAS

		Pág.
TABELA 1	Cálculo da perda por imparidade acumulada, com taxas por antiguidade de saldos	53
TABELA 2	Cálculo da provisão acumulada com taxa limite de 5%	54
TABELA 3	Cálculo do ajustamento da perda por imparidade acumulada	55
TABELA 4	Cálculo do benefício fiscal ou economia de imposto resultante do ajuste	56

LISTA DE FIGURAS

		Pág.
FIGURA 1	Principais elementos relacionados com a imparidade	24
FIGURA 2	Mensuração das perdas por imparidade	32
FIGURA 3	Raciocínio de reconhecimento de uma perda por imparidade	34
FIGURA 4	Raciocínio de reconhecimento de uma reversão	38

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
Contextualização	13
Objectivos do trabalho	14
Utilidade do trabalho	14
Metodologia adoptada	15
Estrutura do trabalho	15
1. REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO	16
1.1. A problemática de mensuração dos elementos das demonstrações financeiras.	16
1.2. A necessidade de ajustamento de valores dos elementos das Demonstrações financeiras: justo valor versus custo histórico	18
1.3. O Conceito de Imparidade: Surgimento e Comparação com as provisões	20
1.4. A Imparidade no contexto das Normas Internacionais de Contabilidade	21
1.5. Principais elementos das demonstrações financeiras sujeitos a imparidade	28
1.6. Métodos aplicados na determinação das perdas por imparidade	31
1.7. Contabilização e relato das perdas por imparidade: reconhecimento, mensuração e divulgação	33
1.8. Reversão de perdas por imparidade	35
2. TRATAMENTO DA IMPARIDADE NAS REALIDADES MAIS PRÓXIMAS	39
2.1. Realidade portuguesa	39

2.2. Realidade brasileira _____	41
2.3. Análise a aspectos comuns _____	42
3. IMPARIDADE NO NOVO SISTEMA DE CONTABILIDADE E DE RELATO FINANCEIRO DE CABO VERDE _____	43
3.1. Primórdios do conceito: provisões e depreciações _____	43
3.2. Adopção do conceito no novo SNCRF: análise da NRF 17 Imparidade de Activos _____	44
3.3. Outras normas de relato financeiro relacionadas com o conceito: análise cruzada 44	
3.4. A imparidade no Código de Contas do SNCRF. _____	46
3.5. Reflexo da imparidade nas demonstrações financeiras do novo SNCRF. _____	48
3.6. Possíveis implicações fiscais da adopção do conceito de imparidade. _____	51
3.7. Perspectivas de aplicação _____	51
4. ESTUDO DE CASO DA ALUCAR, SA – Empresa de Aluguer de automóveis, _____	52
4.1. Apresentação da empresa _____	52
4.2. Política de crédito da empresa _____	52
4.3. Teste de imparidade à carteira de clientes _____	52
Conclusões _____	57
Referencias Bibliográficas _____	58
Anexos _____	60

INTRODUÇÃO

Contextualização

No actual contexto de globalização económica, em cenários de constante mudança e adaptação a novas situações, conferir às demonstrações financeiras maior aderência à realidade e maior transparência, deverá ser a meta a ser alcançada pelas organizações.

A quantia escriturada de um activo, presente nas demonstrações financeiras, pretende espelhar o seu potencial de benefícios ainda por usufruir.

Contudo, a realidade do mundo económico, por vezes, não é previsível, e por conseguinte, em determinadas situações pode conduzir à diminuição inesperada de valor de um activo.

Assim, a quantia escriturada de um activo deverá ser ajustada para reflectir, de forma adequada, o potencial de benefícios económicos futuros que se espera vir a obter da utilização desse activo.

Isto conduz-nos directamente à problemática da imparidade dos activos, ou seja, às perdas de valor não previsíveis e, por isso, não incluídas na estimativa da depreciação ou amortização periódica.

Surge assim, a necessidade de uma revisão ao conceito de imparidade com vista a uma maior aproximação do relato financeiro ao justo valor.

Foi nesta perspectiva, que escolhemos para o nosso trabalho de fim de curso em Contabilidade e Administração, o tema **“O Conceito de imparidade e sua evolução**

histórica”. E como sub – tema Aplicabilidade da Norma de Relato Financeiro 17 – Imparidade de Activos”.

Objectivos do trabalho

Com o nosso trabalho de fim de curso, pretendemos como objectivo geral, contribuir para o conhecimento e aplicação prática do conceito de imparidade de activos, visando aproximar os valores das demonstrações financeiras de uma empresa ao respectivo valor económico.

São objectivos específicos:

- 1 Aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos sobre a imparidade de activos;
- 2 Evidenciar as reformulações e adaptações feitas ao conceito, do normativo internacional ao Normativo Contabilístico e de Relato Financeiro de Cabo Verde;
- 3 Realçar a prática dos novos conceitos relacionados com o tema, através de projecção de cenários, visto que a aplicação do Normativo Contabilístico em Cabo Verde ainda se encontra numa fase inicial, designadamente;
- 4 Pesquisar, através de um estudo de caso, sobre a existência de situações actuais ou potenciais de imparidade de activos numa empresa real.

Utilidade do trabalho

O nosso propósito com a escolha do tema é:

- Sensibilizar a comunidade académica e profissional para a relevância do tema, decorrente da introdução do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, aprovado pelo Decreto-lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro e dos diplomas relacionados, aprovado por portaria e despachos normativos de 29 de Dezembro de 2008, todos para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2009.
- Sendo recente a introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em Cabo Verde, que o presente trabalho sirva de impulso para futuras pesquisas e desenvolvimento de novos trabalhos.

Metodologia adoptada

Os procedimentos a aplicados na elaboração do trabalho foram os seguintes:

- i. Pesquisa bibliográfica relacionada;
- ii. Pesquisa em revistas e jornais, bem como em sites na Internet;
- iii. Recolha de informações acerca do tema com professores e colegas;
- iv. Estudo de caso da empresa seleccionada;
- v. Tratamento das informações colhidas;
- vi. Preparação do documento de trabalho;

Estrutura do trabalho

O tema envolve quatro capítulos. Pretende-se com o primeiro analisar os aspectos teóricos necessários para o enquadramento e correcta compreensão da imparidade de activos. No segundo capítulo é feita uma abordagem às realidades de países com uma pratica próxima de Cabo Verde. No terceiro capítulo, demonstraremos a prática em Cabo Verde relacionada com a temática e no quarto é feito um estudo caso.

1.REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO

1.1. A problemática de mensuração dos elementos das demonstrações financeiras.

Apurar os resultados das operações de uma empresa no final de um período contabilístico parece, a priori, não ser uma tarefa difícil. Basta para isso comparar o seu património actual com o do início do período e apurar ganhos ou perdas alcançados.

O que parece simples, na realidade, é muito complexo. A mensuração do resultado de qualquer entidade envolve muitas variáveis que precisam ser observadas como: garantir a credibilidade dos valores expressos nas demonstrações financeiras; o que fazer quando a empresa precisa de resultados em intervalos de tempo cada vez menores; que parâmetros usar para saber se o resultado é favorável ou desfavorável, entre outras. Hoje é preciso projectar o resultado para depois ir atrás dele.

Sendo a Contabilidade o instrumento gerador de informações para a tomada de decisões, é fundamental que essas informações sejam fiáveis. E um dos aspectos que atribuem fiabilidade a uma informação é a correcta mensuração dos elementos que ela representa.

A mensuração e o valor têm sido o grande problema da Contabilidade. Note-se que, com o passar dos tempos, houve uma evolução muito grande da Contabilidade, inclusive no tocante à mensuração. Entretanto, não tem sido suficiente para atender às necessidades de informações dos utentes, principalmente pelas características cada vez mais diferenciadas que se exige dessas informações. O processo de tomada de decisões tem-se tornado cada vez mais complexo e passou a exigir a incorporação de conceitos económicos no processo de mensuração.

A contabilidade tradicional trata da mensuração de diversos activos disponíveis na empresa, através da evidenciação de seus componentes monetários nas suas demonstrações financeiras e cada vez mais se distancia do valor real da empresa. Segundo João Rodrigues (2005), estudos demonstraram que a diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico reside no capital humano, adquirido ou desenvolvido pela empresa, que é ignorado pelos registos e evidenciações da contabilidade tradicional.

Como utentes das contas, o que nos interessa determinar são os fluxos de caixa futuros da empresa. Neste sentido a contabilidade tem-se revelado deficiente no que respeita à sua utilização para a tomada de decisões pois, ela reflecte o passado e este já não tem utilidade.

Além disso é preciso garantir a segurança dos resultados apresentados, o que não é nada fácil. Muitas vezes uma diferença pequena, que parece irrelevante, causada por um procedimento impróprio, pode transformar-se num prejuízo de grandes proporções.

Segundo a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro de Cabo Verde, **mensurar** significa determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras deverão ser reconhecidas e relatadas no balanço e na demonstração dos resultados.

Foram para tal desenvolvidas diferentes bases de mensuração em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações financeiras a saber:

O custo histórico

Os activos são registados pela quantia entrada de caixa ou equivalentes de caixa ou pelo justo valor da quantia dada para os adquirir na data de aquisição.

Os passivos são contabilizados pelo valor dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em determinados casos (p.e., impostos sobre os lucros) pelas quantias de caixa, ou equivalentes, que se esperam vir a ser pagas para satisfazer o passivo no decorrer do curso normal dos negócios.

Custo corrente

Os activos são valorizados pela quantia de caixa ou equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um equivalente fosse correntemente adquirido, enquanto que os passivos são valorizados pela quantia não descontada de caixa ou equivalentes, necessária para liquidar correntemente a obrigação.

Valor realizável (ou de liquidação)

Nesta base, os activos são registados pela quantia de caixa ou equivalentes, obtida numa venda corrente do activo, e os passivos, pelo seu valor de liquidação.

Valor presente

Os activos estão apresentados pelo valor presente ou descontado dos influxos de caixa liquidados futuros que se esperam ser gerados no decurso normal dos negócios.

Os passivos são valorizados pelo valor presente descontado dos exfluxos de caixa liquidados futuros que se espera ser necessários para liquidá-los, no decorrer da actividade da empresa.

Justo valor – a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

1.2. A necessidade de ajustamento de valores dos elementos das Demonstrações financeiras: justo valor *versus* custo histórico

A informação financeira tem sofrido, ao longo dos tempos, evoluções quanto à base de mensuração dos factos patrimoniais, resultando em alterações da base de quantificação dos elementos constantes das demonstrações financeiras, consoante este seja o custo histórico ou o justo valor, dado que existem factores que fazem com que estas duas bases mensurativas evidenciem realidades económicas distintas.

Quando se procura caracterizar a contabilidade, não podemos deixar de evidenciar o facto dela registar factos passados, mas ter que permitir uma visão preditiva do futuro, numa constante interacção com o presente e ser constituída por factos patrimoniais quantificados em unidades monetárias.

De acordo João Rodrigues (2005), os métodos de atribuição de valor são uma constante preocupação para que a informação produzida consiga transmitir “uma imagem verdadeira e apropriada” da posição financeira, do desempenho e dos efeitos das alterações num

determinado período. Para tal, impõe-se o conhecimento dos diferentes factos económicos que, interferem com a esfera da entidade contabilística e que alteram o valor expresso nos seus registos.

Segundo João Duque (2008), os princípios contabilísticos tradicionais consideram exagero atribuir a bens existentes valores englobando ganhos por realizar. De acordo com o princípio da prudência, quando os bens existentes suportam custos acima do preço de venda, cria-se provisão (agora denominado ajustamento) em correspondência com as perdas estimadas. Com o surgimento das NIC – normas internacionais de contabilidade, veio a dar-se mais relevo ao justo valor, substituindo este, em mais casos, custos efectivos. A crescente importância dada ao justo valor como forma de mensuração, em detrimento do custo histórico, faz com que a determinação do seu valor, e posterior registo, seja uma das preocupações dos organismos de normalização, como o têm demonstrado as mais recentes revisões e emissões de normas que contemplam a possibilidade, ou mesmo a exigência, de valorizar certos elementos ao justo valor.

Efectivamente, o critério de avaliação contabilística de justo valor acaba por corresponder ao critério de avaliação assente em valores de mercado.

A Comissão de Normalização Contabilística Portuguesa já indicava, na sua Directriz Contabilística nº 13 – “Conceito de justo valor”, que tal critério seria de utilizar na avaliação de bens existentes de que não se conhecesse o custo ou em que este se mostrasse inadequado. O justo valor era, pois, critério complementar, utilizável em casos de impossibilidade de determinação do custo efectivo dos bens. Apurado o melhor valor de mercado haveria, para mais rigor, que deduzir-lhe despesas de distribuição e venda.

A alteração dos valores evidenciados na contabilidade depende de vários factores, que podem ser agregados em duas naturezas distintas sendo: (i) a evolução dos valores de um referencial monetário no tempo e, (ii) a alteração dos equilíbrios de mercado, determinantes das razões da procura desse elemento patrimonial.

Cada um destes factores terá um efeito diferente se nos centrarmos no curto ou no longo prazo, mas, é certo que, só poderemos conhecer as diferenças entre os dois referenciais de valor habitualmente usados como base de mensuração da informação financeira, o custo histórico e o justo valor, após referenciarmos os factores que estão na base das suas

diferenças, analisadas, não apenas do ponto de vista conceptual, mas também do ponto de vista de determinação do seu valor.

Conhecer estes factores é tanto mais importante quanto poderá permitir que tanto os utilizadores externos como os utilizadores internos da informação financeira detenham um melhor conhecimento para a sua tomada de decisões, seja em função de futuros investimentos, seja na determinação da garantia dos credores ou ainda, nos valores a distribuir através dos dividendos sem esquecer o objectivo da manutenção do capital em relação directa com a definição de resultado líquido do exercício.

Esta variável contabilística só será calculada de forma apropriada se todos os elementos referentes ao seu cálculo reflectirem de forma integral os factos patrimoniais que se devem reflectir e que se espera que reflectam, sob pena de colocar em risco a fiabilidade da informação financeira e a sua relevância.

1.3. O Conceito de Imparidade: Surgimento e Comparação com as provisões

Mas o que significa realmente o termo imparidade? Será um conceito exclusivo de activos?

Poder-se-á medir com firmeza a imparidade de um elemento do balanço?

O termo “imparidade” significa correntemente, na língua portuguesa, falta de paridade ou desigualdade, a qual, naturalmente, pode ser positiva ou negativa ou, por outras palavras, podemos estar perante situações em que, em termos financeiros, se regista um valor acima do par ou abaixo do par.

Considera-se que um activo se encontra em imparidade quando uma determinada entidade não tiver a capacidade de recuperar a quantia escriturada do activo através da sua utilização no decurso normal da sua actividade ou então da alienação desse activo.

A necessidade de enquadrar a temática numa norma específica – a Norma Internacional de Contabilidade 36 – Imparidade de activos – surgiu como uma estratégia do International Accounting Standard Board (IASB) de direccionar o relato financeiro no sentido do justo valor, afastando-o, cada vez mais, do custo histórico.

No que diz respeito ao justo valor, dado que o este não é determinado por preços praticados um mercado activo, sendo antes através do recurso a modelos específicos, somos levados de certa forma a pensar que a adopção do justo valor como método de

mensuração, retira às demonstrações financeiras algum sentido de prudência que naturalmente se é exigida na sua elaboração.

Ora, num contexto de justo valor, o teste de imparidade veio exactamente surgir como a nova prudência a ter na elaboração das demonstrações financeiras.

Quando comparada com as provisões podemos concluir, que como procedimento a imparidade não é um facto novo, já que a existência de requisitos de redução de valor dos activos através da constituição de provisões era já uma realidade, apesar de até aí a norma não fornecer indicações pormenorizadas sobre a forma de determinação da perda por imparidade.

Com a adopção das IAS/IFRS o processo de determinação de perda de valor torna-se de facto mais transparente, já que apresenta métodos específicos de identificação de activos em situação de perda de valor e suas respectivas formas de identificação.

1.4. A Imparidade no contexto das Normas Internacionais de Contabilidade

O mercado de capitais em toda a parte do mundo está cada vez mais participativo. Tal facto tem exigido aos gestores o uso de estratégias cada vez mais eficientes para esta captação de recursos e para alcance de resultados de desempenho desejados. Os resultados são mensurados através de indicadores financeiros e económicos.

De acordo com Eliandro Schvrick (2006), estes indicadores podem ser significativamente afectados pela aplicação ou não de algumas normas contabilísticas, que modificam a forma de avaliação, cálculo e contabilização de valores patrimoniais e de resultado. Isso pode ocorrer, por exemplo, com o *impairment* que trata da desvalorização dos activos.

Impairment, é uma palavra inglesa que significa numa tradução literal, “diminuir em valor”. Tecnicamente trata-se da redução da quantia escriturada de um activo para a sua quantia recuperável. Na prática é a mensuração dos activos que geram benefícios presentes e futuros.

Impairment é o instrumento utilizado para adequar o activo à sua real capacidade de retorno económico. Este procedimento foi inicialmente introduzido pelo FASB – Financial Accounting Standard Board, dos EUA com as FAS – Financial accounting standards nº121, 101 e 144-*Accounting for the impairment or Disposal OF Long-Lived Assets*, e

pelo IASB com a IAS 36 e mais recentemente através da NCRF 12 – Impairment of assets e que em Cabo Verde encontra-se contemplado na NRF 17-Imparidade de activos.

A posição do FASB quanto à imparidade de activos esteve dispersa em três normas. A FAS 121 é aplicável ao registo da imparidade de activos com longos períodos de vida útil e de determinados activos intangíveis, com base no seu justo valor, sempre que o valor de balanço possa não ser recuperável (utilizando os *cash flows* futuros não descontados resultantes da expectativa de uso desse activo e do seu eventual abate).

Já a FAS 114, é aplicável ao registo de imparidade de todo o tipo de empréstimo, tendo como base:

- (i) O valor actual dos cash flows futuros utilizando como taxa de desconto a taxa de juro do próprio empréstimo;
- (ii) O valor de mercado do empréstimo; ou
- (iii) O justo valor das garantias do empréstimo;

Por último, a FAS 101, é aplicável ao registo da imparidade de imobilizados e inventários, cujo efeito deve ser incluído na demonstração de resultados do período como um item extraordinário.

A mais recente norma do IASB que trata do *Impairment of assets* – tem por base a *Internacional Accounting Standard (IAS) 36*, criada em 1998, e revista mais tarde em 2004.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) de Cabo Verde decidiu adoptar esta norma de relato financeiro com o objectivo de melhorar a qualidade e procurar uma certa harmonia internacional sobre a contabilização de concentrações de actividades empresariais e a contabilização posterior do trespasse (*goodwill*) e dos activos intangíveis adquiridos em concentrações de actividades empresariais.

Esta norma tem como objectivo prescrever os procedimentos que uma entidade deve adoptar, para assegurar que os seus activos sejam escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável.

Diz-se que um activo é escriturado por mais do que a sua quantia recuperável se através do uso ou venda desse activo, se a sua quantia escriturada exceder ou ultrapassar a quantia recuperada.

Sempre que forem identificadas estas circunstâncias, é necessário proceder-se ao teste de imparidade avaliando a capacidade do activo de gerar fluxos de caixa futuros, seja através do seu uso continuado ou através da sua respectiva alienação.

A análise da referida capacidade vai por sua vez permitir apurar um montante que, comparado com a quantia escriturada do activo, determinará o montante da perda por imparidade.

A perda identificada deverá ser imputada ao activo, reduzindo o seu valor contabilístico, e ser reconhecida directamente nos resultados do período em que a perda ocorreu, excepto se se tratar de um activo revalorizado, sendo neste caso, a perda reconhecida contra o excedente de revalorização ainda existente.

A definição da quantia recuperável é, então, um elemento chave no processo de determinação das perdas por imparidade. A Norma de Relato Financeiro 17 “Imparidade de activos” dá-nos as definições abaixo indicadas.

Quantia recuperável – valor mais elevado entre o justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso.

Valor de uso – valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam derivados do uso continuado de um activo.

Justo valor menos os gastos de vender – quantia a obter da venda de um activo numa transacção entre pares conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer relacionamento entre elas, menos os gastos com a sua alienação.

Quantia escriturada – quantia pela qual um activo é reconhecida no balanço, após a dedução de qualquer depreciação/amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes.

Quantia depreciable – custo de um activo ou outra quantia substituta do custo, menos o seu valor residual.

Depreciação – imputação sistemática da quantia depreciable de um activo durante a sua vida útil.

Vida útil – período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso.

Unidade geradora de caixa – o mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos fluxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.

Das definições acima apresentadas podemos então concluir que o princípio subjacente é o de que o activo não deverá ser transportado nas demonstrações financeiras por um valor que se apresente superior àquele que ele irá gerar, quer seja pela sua alienação ou pelo seu uso continuado na actividade de uma entidade.

O esquema da Figura 1 dá-nos uma primeira abordagem ao conceito de imparidade, ao colocar lado a lado os dois valores relacionados.

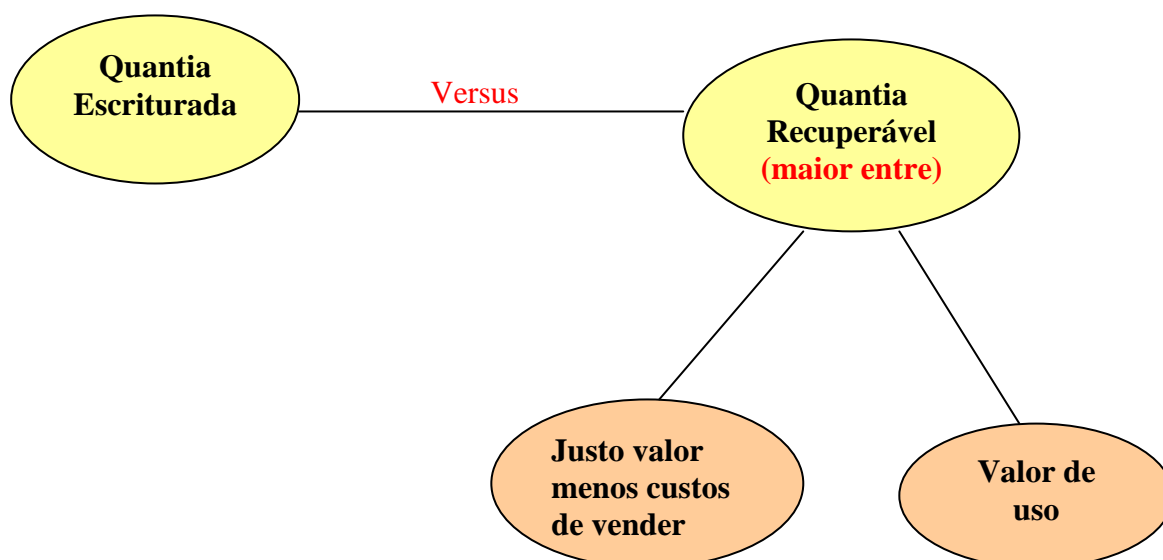


Figura 1. Principais elementos relacionados com a imparidade

Fonte: Dados primários

Contudo nem sempre será necessário proceder à determinação das duas variáveis que concorrem para a formação da quantia recuperável, já que se um deles for inferior à quantia recuperável, o activo não se encontra em imparidade, desta forma, desnecessária a determinação da segunda componente da quantia recuperável.

Importa ainda salientar que apesar de a imparidade dever ser avaliada com referência a activos individuais, quando estes não geram entradas de fluxos que possam ser determinados de forma independente deverá ser determinado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Segundo a norma, *unidade geradora de caixa* é o mais pequeno grupo identificável de activos de fluxos de caixa que seja largamente independente dos fluxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.

Dados os custos que uma realização regular de testes de imparidade pode acarretar, o IASB exige a realização de testes apenas no caso de se estar perante indicações que possam transmitir a possibilidade de uma situação de imparidade, definindo para tal um conjunto de mínimo de indicadores, de natureza externa ou interna.

Indicadores de natureza externa

- a) Durante um período, o valor de mercado diminuiu significativamente mais do que o esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal do activo;
- b) Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- c) As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;

d) A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

Indicadores de natureza interna

- a) Existe evidência de obsolescência ou dano físico do activo;
- b) Ocorreram no período alterações significativas e com efeito desfavorável na entidade, ou irão ocorrer num futuro próximo, na forma como o activo está ou se espera que venha ser utilizado. De entre estas alterações poderão estar incluídos planos de abandono ou reestruturação da operação à qual o activo pertence, de alienação do activo antes da data esperada, reavaliação da vida útil de um activo como finita em vez de infinita;
- c) Os relatórios internos indicam que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado;

No que se refere ainda à realização dos testes de imparidade, importa salientar que independentemente da existência ou não de indicações de imparidade são exigidos testes anuais de imparidade para:

- (i) Trespasse (*goodwill*) adquirido numa concentração de actividades empresariais
- (ii) Activos intangíveis com vida útil indefinida
- (iii) Activos intangíveis ainda não disponíveis para uso;

Para o **trespasse** (*goodwill*) esclarece-se que:

Este deve ser imputado a data de aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupo de unidades geradoras de caixa da adquirente que se espera que beneficiem das sinergias resultantes da concentração de actividades empresariais. Este pode e deve ser atribuído aos negócios existentes antes da concentração e não apenas aos negócios adquiridos.

Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o trespasse (*goodwill*) é imputado deverá representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o *goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão financeira e também não ser maior que um segmento, baseado tanto no formato de relato primário como no de relato secundário da entidade.

Se a sua imputação inicial não puder ser incluída antes do fim do período de ocorrência da concentração, essa imputação deverá ser concluída antes do fim do primeiro período anual com início após a data da concentração;

Para o caso de alienação de unidade operacional de uma unidade geradora de caixa ao qual o *trespasse (goodwill)* tiver sido imputado, o mesmo deve ser incluído na quantia escriturada da unidade aquando da determinação de ganhos e perdas no momento da alienação.

Este deverá também ser mensurado na base de valores relativos de uma unidade operacional alienada e da porção da unidade geradora de caixa retida, a não ser que a entidade disponha de algum outro método que reflecta melhor o *trespasse (goodwill)* associado unidade alienada.

Se uma entidade decidir por uma reorganização da sua estrutura de relato e se as alterações relacionadas com a reorganização alterarem a composição de uma ou mais unidades geradoras de caixa ao qual o *trespasse (goodwill)* afecto deverá ser novamente imputado as unidades afectadas.

A nova imputação deverá ser efectuada usando uma abordagem pelo valor relativo, a não ser que a entidade disponha e saiba demonstrar algum método que reflecta melhor o *trespasse (goodwill)* associado às unidades reorganizadas.

O teste de imparidade para uma unidade geradora de caixa a que tenha sido imputado o *trespasse (goodwill)* pode ser efectuado a qualquer momento durante o período anual de relato, mas a norma impõe que este seja efectuado no mesmo momento todos os anos.

Para **activos intangíveis** com vida útil indefinida e intangíveis ainda não disponíveis para uso. O Cálculo detalhado mais recente da quantia recuperável de um activo intangível nestas condições feito num período precedente pode ser usado no teste de imparidade no período desde que:

- (i) Seja testado quanto à imparidade como parte de uma unidade geradora de caixa e que os activos e passivos dessa unidade não sofram alterações significativas desde o último cálculo da quantia recuperável;
- (ii) O mais recente valor da quantia recuperável exceda a quantia recuperável por uma margem substancial;

(iii) Seja remota a probabilidade de que um outro cálculo da quantia recuperável seja inferior à quantia escriturada do activo;

1.5 Principais elementos das demonstrações financeiras sujeitos a imparidade

A norma tem aplicação a todos os activos que estejam escriturados pelo justo valor ou pela quantia revalorizada de acordo com outras normas, à excepção daqueles que tem suas normas específicas para tratamento, que é o caso dos abaixo indicados:

a) Inventários – NRF 13-Inventários

A NRF 13 é uma norma específica que prescreve o tratamento para os inventários e realça que estes devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido dos dois o mais baixo, em que:

O valor realizável líquido refere-se à quantia que uma entidade espera realizar com a venda do inventário no decurso normal da actividade empresarial, menos os gastos da transacção, e o custo dos inventários incluirá todos os custos de compra, conversão e outros incorridos, necessários à produção e colocação no local de armazenamento (deduzido de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes).

O custo dos inventários pode não ser recuperável se:

- (i) Estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos;
- (ii) Os seus preços de venda tiverem diminuído;
- (iii) Os custos estimados de acabamento ou os custos estimados a serem incorridos para realizar a venda tiverem aumentado;

Se no final do período contabilístico o custo exceder o valor realizável líquido, procede-se a um ajustamento.

Não é permitida a utilização do método LIFO

b) Activos provenientes de contratos de construção – NRF 14

Para reconhecimento dos rendimentos e gastos de um contrato de construção passou a ser usado o método de grau de acabamento, desde que o desfecho final da obra possa ser estimado, deixando de existir o método da obra completa.

c) *Activos por impostos diferidos* – NRF 22

Os activos ou passivos por impostos diferidos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

Em alguns casos, a maneira pela qual a entidade recupera (liquida) a quantia escriturada de um activo (passivo) pode afectar a base fiscal do activo (passivo). Nestes casos, uma entidade mensura os passivos por impostos diferidos usando a base fiscal que seja consistente com a maneira esperada de recuperação ou liquidação.

d) *Activos por benefícios de empregados* – NRF 21;

Uma entidade deve reconhecer benefícios de cessação de emprego como um passivo e um gasto somente quando, a entidade esteja comprometida a demonstrar, quer a:

Cessar emprego de um empregado ou um grupo de empregados antes da data normal de reforma ou;

Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária de um empregado;

Sempre que os benefícios se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles devem ser descontados.

No caso de uma oferta feita para encorajar a saída voluntária do empregado, a mensuração dos benefícios de cessação de emprego deve basear-se no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

e) *Activos que estejam no âmbito da NRF16-Instrumentos Financeiros*;

A norma prescreve a mensuração de todos os activos e passivos financeiros reconhecidos em cada data de relato, quer ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade quer ao justo valor com reconhecimento das alterações de justo valor na demonstração de resultados;

f) Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor -NRF 10

A norma diz-nos que uma entidade ao mensurar as propriedades de investimento deve optar pelo modelo do justo valor ou pelo modelo do custo e que deve aplicar a política que escolher a todas as suas propriedades de investimento.

O justo valor de uma propriedade de investimento é o preço pelo qual a propriedade pode ser trocada entre as partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre as mesmas.

O justo valor deve ser determinado pela entidade sem qualquer dedução para custos de transacção em que ela possa incorrer por venda ou outra alienação. Este deverá também reflectir as condições de mercado à data do balanço.

Quando se aplica o modelo do justo valor, deve-se divulgar uma reconciliação entre as quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período.

g) Activos biológicos relacionados com a actividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos o custo estimado no ponto de venda com aplicação na NRF12

Os activos biológicos (consumíveis ou de produção) devem ser mensurados no reconhecimento inicial e em cada data do Balanço pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda. Os produtos agrícolas colhidos de activos biológicos são tratados como inventários, sendo mensurados pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

h) Activos não correntes classificados como detidos para venda – NRF 8

Um activo é classificado como activo não corrente detido para venda quando:

- Está disponível para venda imediata na sua condição presente;
- A venda é altamente provável;
- Se espera que a venda seja concluída até um ano a partir da classificação do activo nesta categoria;
- É mensurado ao menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Este activo não é objecto de depreciação;

1.6 Métodos aplicados na determinação das perdas por imparidade

Há lugar ao reconhecimento de uma perda por imparidade para uma unidade geradora de caixa, se e somente se, a quantia recuperável da unidade for inferior a sua quantia escriturada.

A perda é numa primeira fase imputada para reduzir qualquer *goodwill* imputado à unidade e posteriormente aos outros activos da unidade, numa base *pró – rata*, ou seja na proporção da quantia escriturada de cada activo da unidade.

Das reduções nas quantias escrituradas resultam as perdas por imparidade nos activos individuais e estas deverão ser imediatamente reconhecidas nos resultados, caso estes não estejam abrangidos por uma outra norma.

Na imputação de uma perda por imparidade a quantia escriturada não deve ser inferior ao mais alto entre o justo valor menos os custos de vender e o valor de uso do activo ou unidade geradora de caixa.

Nos casos em que a quantia recuperável de um activo individual não pode ser determinada:

- (i) É reconhecida uma perda por imparidade se a sua quantia escriturada for maior que o valor mais alto o seu justo valor menos os seus custos de vender e os resultados da imputação.
- (ii) Não é reconhecida qualquer perda por imparidade do activo se a unidade relacionada não estiver com imparidade, mesmo para situações em que o justo valor menos os custos de vender do activo for inferior à sua quantia escriturada.

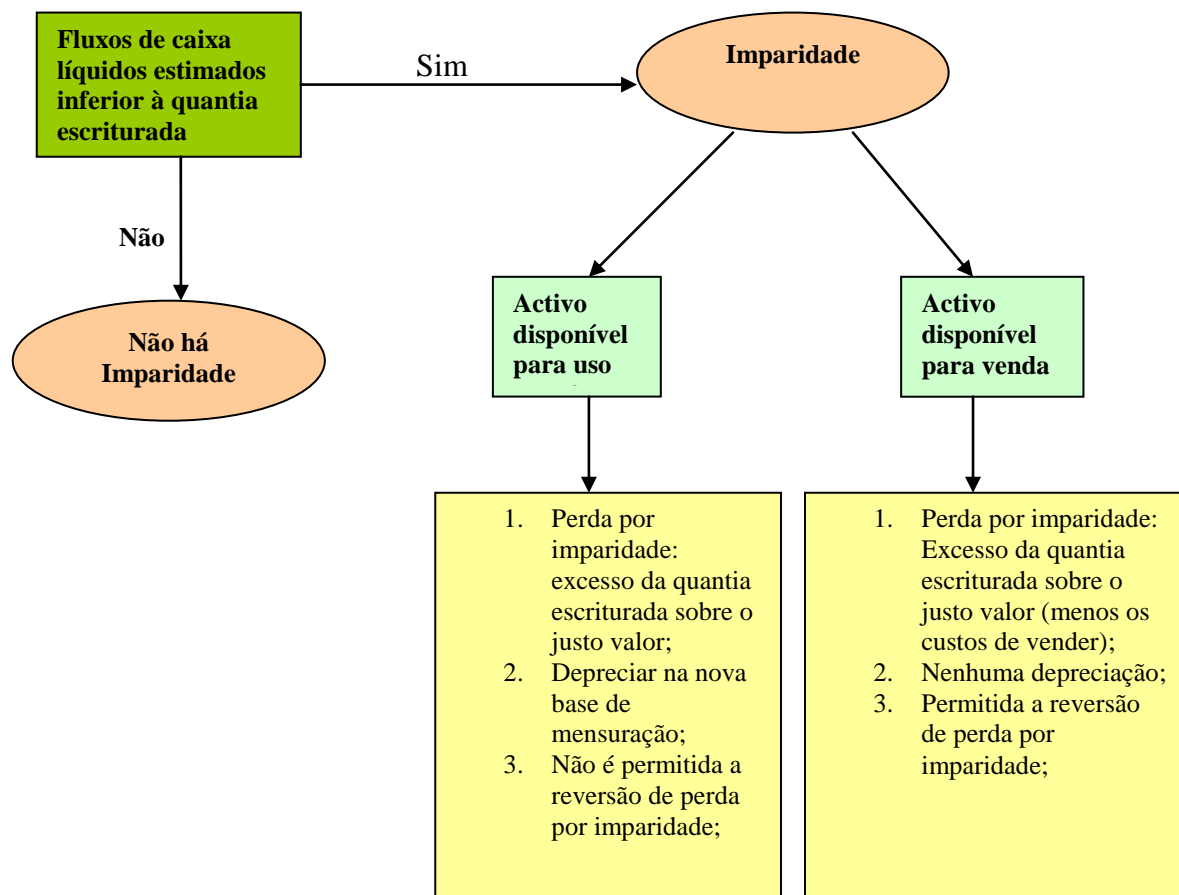


Figura 2-Mensuração das perdas por imparidade

Fonte: Kieso, D., Weygant, J., Warfield, T., (2004), *Intermediate Accounting*, NY: Willey 11th Edition (adaptado).

1.7 Contabilização e relato das perdas por imparidade: reconhecimento, mensuração e divulgação

Está-se perante uma perda por imparidade se e apenas se, a quantia recuperável de um activo for inferior à sua quantia escriturada, daí a necessidade de reduzir a quantia escriturada à sua quantia efectivamente recuperável.

A essa redução denominamos perda por imparidade e esta deverá ser imediatamente reconhecida nos resultados, salvo nos casos em que o activo seja escriturado por uma quantia revalorizada de acordo com outra norma. Nestes casos qualquer perda por imparidade deverá ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com a respectiva norma.

Uma entidade deverá reconhecer um passivo quando a quantia estimada de uma perda por imparidade exceder a quantia escriturada do activo com o qual se relaciona, caso for exigência de outra norma.

Após o reconhecimento da perda por imparidade, os encargos com a depreciação ou amortização do activo deverão ser ajustados nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

Esquemáticamente:

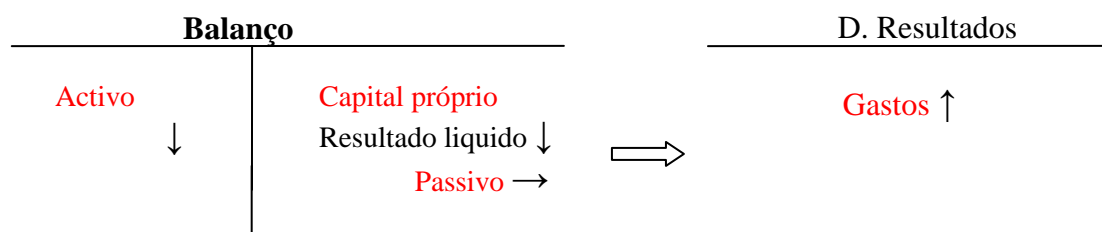
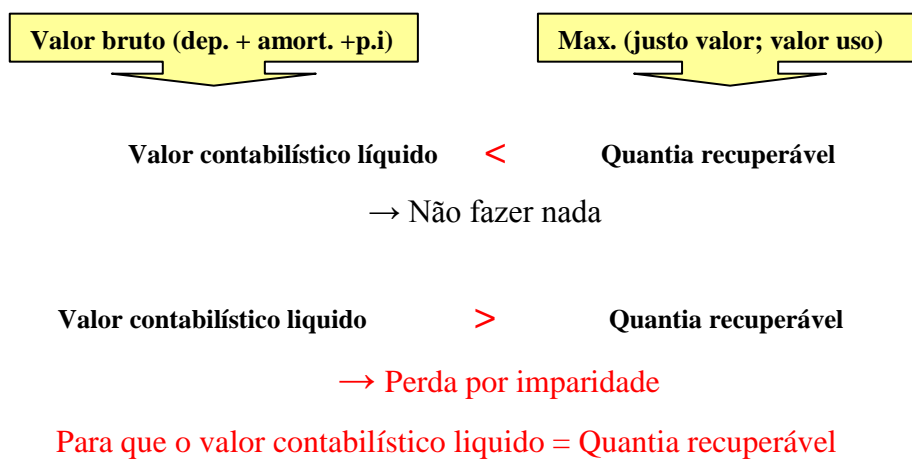


Figura 3 – Raciocínio de reconhecimento de uma perda por imparidade

Fonte: dados primários

Aquando do reconhecimento de uma perda por imparidade, quaisquer activos ou passivos por impostos diferidos relacionados deverão ser tratados de acordo com a Norma de relato financeiro 22-Imposto sobre o rendimento, ao comparar a quantia escriturada revista do activo com a sua base fiscal.

Relativamente às perdas por imparidade uma entidade deve divulgar para cada classe de activos:

- a) A quantia das perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período e os respectivos itens da demonstração de resultados em que essas perdas por imparidade estejam incluídas;
- b) A quantia das reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período e os respectivos itens da demonstração de resultados em que essas perdas por imparidade são revertidas;
- c) A quantia de perdas por imparidade bem como das reversões directamente reconhecidas no capital próprio durante o período, derivada dos activos revalorizados;
- d) Os acontecimentos e as circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade
- e) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida;
- f) A natureza do activo;

Para situações de perda por imparidade ou reversão de perdas por imparidade agregada, é também necessário divulgar as principais classes de activos afectadas por perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade, bem como os acontecimentos e circunstâncias que originaram o seu reconhecimento;

1.8 Reversão de perdas por imparidade

Uma entidade deve, à data de cada relato, apurar se há indicações de reversão de perdas por imparidade de activos ou unidades geradoras de caixa reconhecidos em períodos anteriores.

Existe um conjunto, externo e interno de indicadores a considerar para a reversão de uma perda por imparidade.

Indicadores externos

- a) Aumento significativo do valor de mercado do activo durante o período;
- b) Ocorreram no período ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas na envolvente em que a entidade opera, nomeadamente a nível tecnológico, de mercado, económico ou legal, e que afectaram positivamente a sua actividade;
- c) Tenham ocorrido diminuições durante o período na taxa de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimento, e que poderão afectar a taxa de desconto usada para o cálculo do valor de uso do activo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável;

Indicadores internos

- a) Ocorreram durante o período ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas e com efeito positivo, na forma em que o activo seja usado ou se espera que seja usado, derivadas dos custos incorrido durante o período para melhorar ou aumentar a performance do activo ou reestruturar a unidade operacional a qual pertence o activo;
- b) Os relatórios internos indicam que a performance do activo é, ou será melhor do que o inicialmente esperado;

Havendo efectivamente indicação de recuperação de perda por imparidade já reconhecida em períodos anteriores, a entidade deve estimar o valor recuperável desse activo. Na avaliação não deverá no entanto ser considerado o *goodwill*.

Uma perda por imparidade somente pode ser revertida se houver alteração nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa após o seu último reconhecimento.

Quando verificada uma reversão de perda por imparidade, a quantia escriturada do activo deve ser aumentada até o seu valor recuperável. Entretanto a norma estabelece como limite para a reversão, a quantia escriturada do activo antes do reconhecimento de qualquer perda por imparidade.

Para um activo individual, após o reconhecimento de reversão de uma perda por imparidade, o débito da depreciação (amortização) do activo deve ser ajustado em períodos

futuros para imputar a quantia escriturada do activo numa base sistémica durante a sua restante vida útil.

Para uma unidade geradora de caixa a reversão deverá ser imputada numa base pró rata em relação as quantias escrituradas dos activos.

As reversões de perda por imparidade tanto para um activo como para uma unidade geradora de caixa devem ser reconhecidas imediatamente no resultado, a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizada segundo outra norma. Para este caso a reversão deve ser tratada como um acréscimo de revalorização de acordo com essa outra norma.

Uma perda por imparidade reconhecida para o *trespasse (goodwill)* não deve ser revertida num período posterior.

Proibiu-se a reversão das perdas por imparidade pelo facto de os ganhos associados a reversão das perdas serem provenientes de *trespasse (goodwill)* gerado internamente, e este não poder ser reconhecido como activo.

Se anteriormente foi considerada uma perda por imparidade mas entretanto houve um aumento na quantia recuperável, deve-se reverter a perda mas só até ao valor contabilístico que o bem teria se não tivesse havido nenhuma perda por imparidade.

Esquemáticamente para uma reversão teremos o seguinte:

Valor contabilístico líquido **<** **Quantia recuperável**
→ Reversão de perda por imparidade
Para que o valor contabilístico líquido = mín. (quantia recuperável: VCL sem p.i)

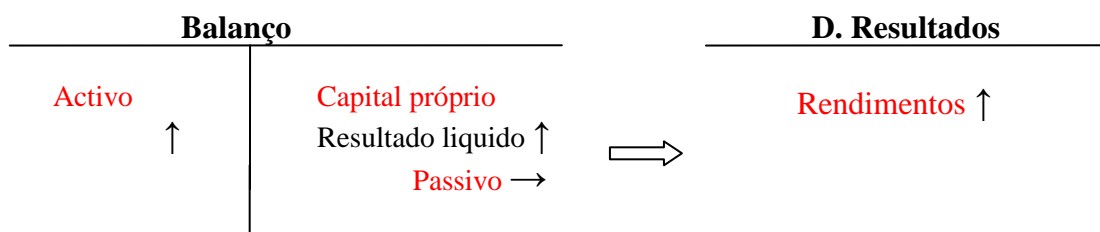


Figura 4-Raciocínio de reconhecimento de uma reversão

Fonte: dados primários

2-TRATAMENTO DA IMPARIDADE NAS REALIDADES MAIS PRÓXIMAS

2.1 A realidade portuguesa

Relativamente à imparidade o referencial português inclui os seguintes elementos:

- a) O Plano oficial de contabilidade (POC);
- b) As directrizes contabilísticas (DC):
 - (i) DC N°7 – Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento;
 - (ii) DC N°13 – Conceito de justo valor;
 - (iii) DC N°16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis;

Supletivamente, aplicam-se as disposições da IAS 36 Imparidade de activos.

O POC refere, no capítulo relativo aos critérios de valorimetria para as imobilizações, mais concretamente no número 5.4.4 que, se à data do balanço, os elementos do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, com vida útil limitada ou ilimitada, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, deve ser registada a depreciação/amortização cujo valor reflecta aquela diferença, se for provável a sua continuidade. No entanto não deverá ser observada a depreciação se os motivos que levaram ao seu registo deixarem de existir.

A DC n° 7 refere no §5, que as despesas com investigação e desenvolvimento a reconhecer como activo devem relacionar-se com projectos específicos em que existe expectativa razoável de obtenção de benefícios económicos no futuro, tendo como limite uma determinada quantia susceptível de ser recuperada a partir dos mesmos.

A quantia é apurada considerando a soma dos outros custos de desenvolvimento, com os custos de produção relacionados e com os custos directos e administrativos suportados na venda do produto ou do processo. O teste de recuperabilidade dos activos deve ser feito à data do balanço, para assegurar que o processo anteriormente adoptado se mantenha válido.

A directriz 16 abrange o activo tangível referindo que a sua reavaliação pode ser efectuada de acordo com o poder aquisitivo da moeda e/ou no justo valor com definição na DC 13.

A adopção da IAS36 veio exigir que anualmente sejam efectuados testes de imparidade de activos intangíveis com vida útil indefinida, de activos intangíveis em curso e do

“goodwill” e, nos demais activos se à data de cada Balanço houver indicações de imparidade dos mesmos.

O objectivo principal da IAS 36 é estabelecer os procedimentos para que os activos de uma determina entidade sejam registados no máximo pela sua quantia recuperável. Caso não seja possível estimar a quantia do activo individual, a entidade deve determinar a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Por outras palavras, se, à data do balanço, as entidades definirem algum activo em situação de imparidade devem estimar o seu valor recuperável, tendo em conta conceitos fundamentais – a quantia recuperável, o justo valor menos os custos de vender, os custos de vender, o valor de uso e a vida útil.

A IAS prevê também o tratamento contabilístico de reversão de perda por imparidade da demonstração de resultados (rendimento), até ao ponto em que não aumente o valor contabilístico líquido.

De acordo com José Rodrigues. (2005), não constam do POC e das DC qualquer referência no que tange à determinação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa à qual o activo pertence e do cálculo do valor de uso.

A IAS 36, refere que se não for possível estimar a quantia recuperável de um activo individual, deve-se determinar a quantia recuperável da unidade geradora de caixa ao qual pertence o activo, e fornece informações detalhadas sobre o cálculo do valor de uso.

O POC e as DC são omissos quanto a divulgações de perdas por imparidade e reversões das perdas, enquanto que a IAS requer divulgações para cada classe de activos, de todas as perdas de imparidade reconhecidas ou revertidas, se o efeito desse reconhecimento ou reversão for materialmente relevante:

As divulgações a que o IAS obriga prendem-se com:

- a) A natureza do activo;
- b) Os factos e as circunstancias que conduziram ao reconhecimento ou à reversão;
- c) O valor da perda por imparidade reconhecida ou revertida;
- d) A base usada para determinação do justo valor menos os custos de vender se a quantia recuperável foi através deste determinada;

- e) Se a quantia recuperável foi determinado através do justo valor menos os custos de vender, implica divulgar a base que serviu para a sua determinação;
- f) Se a mesma for determinada pelo valor de uso, implica a divulgação das taxas de desconto usadas na estimativa desse valor e o segmento a que pertence o activo ou a unidade geradora de caixa, se a entidade preparar a sua informação contabilística por segmentos nos termos das IAS 14-Relato por segmentos.

2.2 A realidade brasileira

Com a publicação da Lei no. 11.638/07, de 28 de Dezembro, tendo como principal objectivo a internacionalização das normas contabilísticas brasileiras, criou-se a exigência do teste de recuperabilidade dos activos (*Impairment*).

Segundo a Lei, o *Impairment* é obrigatório para às demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2008, de todas as empresas de grande porte e de capital aberto¹ e, facultativa para todas aquelas que queiram imprimir às suas demonstrações maior transparência e fiabilidade possíveis.

A Lei Nº. 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404/76, impõe às sociedades de grande porte, a análise periódica obrigatória da recuperação dos valores registados no imobilizado, intangível e diferido.

Segundo essa nova lei, *empresa de grande porte*, é a sociedade ou conjunto de sociedades sob controlo comum que tiver, no exercício anterior, um activo total superior a 240 milhões de reais ou receita (rendimento) bruta anual superior a 300 milhões de reais, independentemente de sua constituição jurídica ser Sociedade por Acções ou Sociedades de Responsabilidade Limitada.

No Brasil, a Imparidade é actualmente regulada pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 denominado “Redução da Quantia recuperável de Activos”, instituído em 07/11/2007 pela Comissão de Pronunciamentos Contabilísticos, aprovado pela Comissão de Valores monetários – CVM, pela deliberação 527/07, pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados por meio da Circular 379/08, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução no. 3.566/08.

¹ Entende-se empresas com títulos do capital próprio cotadas na Bolsa de Valores (definição nossa).

Este procedimento é ainda reconhecido pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC Nº. 1.110/07, com o principal objectivo de definir procedimentos para que os activos não estejam avaliados contabilisticamente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso na actividade da empresa ou por venda.

Anteriormente à da publicação do CPC 01, já existiam algumas normas e premissas para o reconhecimento de perdas de valor relacionadas com o activo e um ofício circular CVM/SN/SEP nº. 01/2005 com a aplicação do *impairment* apenas para activos descontinuados.

As normas que regulam a imparidade alcançam todas as actividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. Aplica-se ainda e inclusive a activos já reavaliados e ao *Goodwill (trespasse)*.

2.3 Análise a aspectos comuns

Tanto a IAS 36, como o CPC 01 defendem que o reconhecimento da valor recuperável do activo não se limita ao activo individual, pode ser utilizado o conceito de unidade geradora de caixa, ou seja, são considerados os benefícios futuros dos activos conjuntamente. O teste de *impairment* deve ser realizado quando factores conjunturais indicarem uma redução da quantia recuperável dos activos. Assim como a IAS 36, o CPC 01 considera fontes internas e externas para reconhecimento de um activo desvalorizado.

Fontes externas

- a) A redução do valor de mercado de um activo durante o período;
- b) A significativa mudança no ambiente tecnológico, de mercado ou legal;
- c) O aumento relevante das taxas de juros, contribuindo assim para redução do retorno sobre o investimento;
- d) A quantia escriturada dos activos líquidos superior à capitalização de mercado.

Fontes internas

- a) Evidências de obsolescência de activos e ou danos físicos;
- b) Planos de descontinuação ou reestruturação de um activo;
- c) Desempenho económico de um activo menor que a expectativa indicada em relatórios internos.

3. IMPARIDADE NO NOVO SISTEMA DE CONTABILIDADE E DE RELATO FINANCEIRO DE CABO VERDE

3.1 Primórdios do conceito: provisões, depreciações e amortizações extraordinárias

A imparidade, conceito que, com a adopção do novo normativo contabilístico, fará parte do ensino e da prática contabilística de Cabo Verde, está efectivamente muito relacionada com as provisões e com as depreciações.

Até aos dias de hoje a prática contabilística das empresas cabo-verdianas esteve baseada no Plano Nacional de Contabilidade (PNC) aprovado pelo Decreto nº4/84, de 30 de Janeiro.

No que diz respeito às provisões e depreciações (estas segregadas ainda entre amortizações e reintegrações), os procedimentos que o PNC contemplava eram os seguintes:

- a) À data do balanço, para o activo imobilizado corpóreo e incorpóreo com quantia escriturada superior à quantia recuperável, faziam-se amortizações extraordinárias correspondentes à diferença caso fosse previsto que essa situação tivesse carácter permanente. No entanto as amortizações não eram mantidas se os motivos da sua criação deixassem de existir;
- b) As provisões estavam ligadas às dividas a receber, existências e investimentos financeiros, nas mesmas circunstâncias que aqueles;
- c) Quanto às existências, as provisões eram criadas para cobrir as diferenças relativas ao seu custo de produção ou aquisição, derivadas dos critérios de valorimetria definidos.
- d) Para as dividas a receber a sua criação destinava-se a fazer face a eventuais riscos de não cobrança;
- e) No tocante aos investimentos financeiros, as provisões eram criadas para cobrir as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações e o seu preço de mercado, bem como riscos de cobrança dos empréstimos de financiamento;

3.2 Adopção do conceito no novo SNCRF: análise da NRF 17 Imparidade de Activos

Com a aprovação do Decreto-lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, Cabo Verde procedeu à adopção do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), em substituição do PNC, aprovado pelo Decreto nº4/84, de 30 de Janeiro.

O que se pretendeu com a criação dessa nova estrutura para a contabilidade cabo-verdiana foi precisamente, acompanhar as evoluções que têm ocorrido nas directivas internacionais quanto à qualidade da informação financeira, dotando as empresas de um sistema contabilístico que permita dar melhor resposta às novas exigências do seu tecido empresarial.

É necessário, contudo, esclarecer que o SNCRF encontra-se numa fase de implementação e que não é ainda de aplicação geral, já que para as empresas dos sectores financeiro, segurador, previdência social e bancário existem planos de contabilidade específicos.

No novo normativo contabilístico de Cabo Verde a norma que abrange a Imparidade de activos é a NRF 17 Imparidade de activos que nada mais é do que uma adaptação feita da IAS 36.

3.3 Outras normas de relato financeiro relacionadas com o conceito: análise cruzada

Norma de relato financeiro 5 – “Acontecimentos após a data do balanço”

Existem acontecimentos que ocorrem após a data do Balanço que dão lugar a ajustamentos e que exigem que uma entidade faça o ajuste das quantias nas suas demonstrações financeiras ou que reconheça itens que não foram anteriormente reconhecidos.

A referida norma faz referência a possíveis situações que possam ter ocorrido após a data do balanço e que evidenciam que esses activos à data do balanço estavam em situação de imparidade

1. Falência de um cliente que ocorre após a data do balanço confirma, normalmente que existia uma perda à data do balanço numa conta a receber comercial e que a entidade necessita ajustar a quantia escriturada
2. Venda de inventários após a data do balanço pode dar evidência acerca do valor realizável líquido á data do balanço;

Norma de relato financeiro 6 – “Activos intangíveis”

A reavaliação da vida útil de um activo intangível com vida útil finita em vez de indefinida é um indicador de que o activo possa estar com imparidade.

No seu § 111 esta norma remete-nos para a norma 17 – Imparidade de activos demonstrando a necessidade de ser efectuado o teste de imparidade do activo através da comparação da sua quantia escriturada com a sua quantia efectivamente recuperável e quando é que se reconhece ou se reverte a perda por imparidade.

Norma de relato financeiro 7 – “Activos fixos tangíveis”

Para esta categoria de activos o § 64 da norma encaminha-nos para a NRF 17 – Imparidade de activos que explica como rever a quantia escriturada, a determinação da quantia recuperável e o processo de reconhecimento e reversão de perdas por imparidade.

Norma de relato financeiro 8 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”

Uma entidade deve reconhecer uma perda por imparidade relativamente a qualquer redução inicial ou posterior do activo (ou grupo para alienação).

Deve-se reconhecer um ganho ou qualquer aumento posterior no justo valor menos os gastos de vender, mas não para além da perda por imparidade cumulativa reconhecida seja de acordo com esta norma ou com a NFR 12-Perda por imparidade.

A perda por imparidade de qualquer ganho posterior reconhecida para um grupo para alienação deve reduzir ou aumentar a quantia escriturada dos activos não correntes do grupo que estejam desta norma pela ordem de imputação definida nos parágrafos 480 e 58 da NRF17-imparidade de activos.

Norma de relato financeiro 9 – “Locações”

Para o tratamento de qualquer situação de imparidade relacionada com activos nestas condições, os procedimentos a seguir são os preconizados na NRF 17 – Imparidade de activos.

3.4 A imparidade no Código de Contas do SNCRF.

Classe 2 – Contas a receber e a pagar

Esta classe se destina a registar as operações relacionadas com clientes, fornecedores, pessoal, Estado e outros entes públicos, financiadores, accionistas, bem como outras operações com terceiros que não tenham tratamento nas contas anteriores ou noutras classes específicas.

Verifica-se uma perda por imparidade nestas contas quando se constata que o valor “real” a receber pela dívida evidenciada na contabilidade difere, para menos, do respectivo valor escriturado.

As perdas por imparidade em contas de terceiros são de evidenciar, respectivamente, nas contas 21.9, 22.9, 25.9, 26.9 e 27.9.

As perdas por imparidade anuais, serão registadas nas 651 – perdas por imparidade – em dívidas a receber e as suas reversões (quando deixarem de existir as condições que originaram as perdas) são registadas nas contas 7621 – Reversões de perdas por imparidade – em dívidas a receber.

Perdas por imparidade:

65.1	2.XX
X	X

Reversões de Perdas por Imparidade

2.XX	76.21
X	X

Quando se verificar o desreconhecimento dos activos a que respeitam as imparidades, as contas serão debitadas por contrapartida das correspondentes contas da classe 2.

Classe 4

Investimentos

As perdas por imparidade relativas aos itens investimentos financeiros, activos fixos tangíveis e afins são de evidenciar, respectivamente, nas contas 41.9, 42.9, 43.9, 44.9, 45.9 e 46.9.

Classe 6

Gastos

65.x – Perdas por imparidade

Para as subcontas de cada classe foi criada uma conta 65 com o objectivo de registar as perdas anuais de imparidade.

Classe 7

Rendimentos

76.2x-Reversões de perdas por imparidade

As reversões (quando deixarem de existir as situações que originaram as perdas por imparidade) requerem o seu registo para as subcontas de cada classe numa subconta própria da conta 76.2

3.5 Reflexo da imparidade nas demonstrações financeiras do novo SNCRF.

Os índices extraídos das demonstrações financeiras servem de medida para evidenciar os aspectos da situação económica e financeira, construindo assim uma das técnicas de análise mais utilizada pelos utentes internos e externos da contabilidade na avaliação da gestão da empresa.

Diante do exposto, é importante observar que a existência, apuramento e registo da Imparidade pode reflectir significativamente no resultado do exercício e nos valores dos activos que serão reduzidos às suas quantias recuperáveis. E, portanto alguns indicadores económico-financeiros das empresas podem ser afectados ao expressar o seu desempenho consoante esta usa ou não o *Impairment* como procedimento.

Existe um conjunto de indicadores que está directamente ligado às contas que sofrem o reflexo do registo do *Impairment*.

A **rentabilidade**, o **endividamento** e **desempenho do imobilizado**, são os mais utilizados perante as perspectivas de vantagens e desvantagens para investidores, financiadores e gerentes.

Rentabilidade

A rentabilidade é medida em função dos investimentos. Os investimentos são entendidos como toda a aplicação dos recursos captados de terceiros e de accionistas. A administração apropriada do activo proporciona maior retorno para as empresas. Existe no que diz respeito aos impactos do *impairment* do desempenho das empresas um conjunto de indicadores que deverão ser analisados:

$$\text{ROA} = \text{Lucro líquido} / \text{Activo total}$$

O retorno sobre o activo é considerado como um dos quocientes individuais mais importantes da análise de balanços. É uma medida muito usada pelas empresas como teste geral de desempenho, comparando os resultados encontrados e o retorno esperado. A medida de retorno sobre o activo representa o potencial de geração de lucros da empresa, isto é, o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação aos investimentos totais.

O processo de avaliação dos resultados do Retorno Sobre o Activo (ROA) é desta forma representado:

- Até 8% – rentabilidade baixa
- De 8 a 14% – rentabilidade normal
- De 14 a 20% – rentabilidade boa
- Acima de 20% – rentabilidade excelente

ROI = Resultado líquido/Investimento

O ROI é uma das medidas de rentabilidade mais utilizadas pelos gestores das empresas, sendo uma medida bastante eficiente, pois seu cálculo relaciona os rendimentos obtidos por um investimento com o valor total dele, possibilitando a comparação entre investimentos, contribuindo muito para o processo de gestão dos administradores.

ROE = Lucro líquido/ Património líquido

O ROE é considerado o principal rácio de rentabilidade utilizado pelos analistas. Representa a medida geral de desempenho da empresa. O índice do Retorno Sobre o Património Líquido (ROE) mede a taxa de retorno para os accionistas. Tanto os analistas de mercado como os accionistas estão especialmente interessados nesse índice. Em geral quanto maior o retorno que proporciona, mais atractiva é a acção.

O processo de avaliação dos resultados do Retorno sobre o Património Líquido (ROE) é assim representado:

- Até 2% – rentabilidade péssima
- De 2 a 10% – rentabilidade baixa
- De 10 a 16% – rentabilidade boa
- Acima de 16% – rentabilidade excelente

Endividamento

Os indicadores de endividamento constituem uma forma de obter indicações sobre o grau de intensidade de recurso a capitais alheios (dívida) no financiamento de uma empresa, apurando a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas actividades.

Rácio de endividamento = Capitais Alheios (incluindo locação financeira) /Capitais totais

Desempenho do Imobilizado

Os indicadores de desempenho do imobilizado têm um papel importante na análise e controle do activo imobilizado para toda empresa, principalmente na perspectiva de gestão.

Produção por imobilizado = Custo de produção/ Activo imobilizado líquido

Taxa rotação do activo imobilizado =Vendas anuais/ Activo imobilizado líquido

Em função do ambiente empresarial fortemente competitivo as empresas do tecido empresarial cabo-verdiano têm que se adaptar a uma nova realidade empresarial.

Um ambiente que exige a necessidade de melhorar continuamente seus processos de gestão. Fica assim premente a importância de utilizar novos instrumentos disponibilizados para as grandes empresas, para melhoria dos seus indicadores de desempenho, tal como este constante do novo normativo contabilístico, o *impairment*.

3.6 Possíveis implicações fiscais da adopção do conceito de imparidade.

As alterações agora introduzidas permitem uma maior harmonização entre as regras fiscais e contabilísticas, simplificando o cumprimento das obrigações tributárias que competem às empresas, contribuindo para o êxito do processo de adopção dos novos referenciais contabilísticos.

Fiscalmente o recomendável é que:

- As perdas por imparidade de activos não amortizáveis e as respectivas reversões possam ser aceites nos mesmos moldes das actuais provisões;
- Só sejam aceites as perdas por imparidade de activos amortizáveis quando o preço de venda líquido for comprovadamente determinável;
- As perdas por imparidade e as reversões de bens revalorizados levadas a capital próprio não influenciem o lucro tributável;

3.7 Perspectivas de aplicação

Em Cabo Verde, com a adopção do novo Sistema de Normalização Contabilística de Relato financeiro, abre-se uma larga perspectiva à aplicação do conceito e dos métodos de reconhecimento e de mensuração de perdas por imparidade do exercício e acumuladas.

Para além da NRF n.º 17 – Imparidade e activos que trata do conceito de uma forma geral, o SNCRF adoptou-se um conjunto de Normas de Relato Financeiro que contém uma ou mais disposições sobre imparidade sempre com o objectivo de permitir às empresas uma melhor aproximação ao conceito de justo valor, largamente defendida pela IASB.

Com efeito o SNCRF adoptou-se um conjunto de Normas de Relato Financeiro que contém uma ou várias disposições sobre imparidade.

Assim, a NRF n.º7 estabelece nos parágrafos 64 a 66 os princípios para o reconhecimento e mensuração de imparidade aplicável aos activos fixos tangíveis

Já, a norma n.º8 trata da imparidade dos activos não correntes detidos para venda entre os parágrafos 20 e 25.

O tratamento da imparidade de activos intangíveis tem um o seu tratamento incluído no parágrafo 111 da respectiva norma.

As locações enquadradas na norma de relato financeiro nº9 do SNCRF, também estão abrangidas pelo conceito de imparidade introduzido pelo sistema de normalização contabilística e o parágrafo 27 da norma específica o seu tratamento.

Existe finalmente uma outra norma que tem no seu conteúdo parágrafos que explicam o que deve ser dado ser feito quanto a situações de imparidade relativamente aos acontecimentos após a data do Balanço. Trata-se da norma nº5 através dos seus parágrafos 5 e 6.

4-ESTUDO DE CASO da Alucar – Empresa de aluguer de automóveis, SA

4.1 Apresentação da empresa

A Alucar SARL é uma sociedade anónima, cujo objecto é a venda e aluguer de automóveis sem condutor e assistência técnica. A empresa foi fundada no dia 15 de Março de 1982, com um capital social de CVE 3.000.000 (três milhões de escudos) dividido por 6 (seis) accionistas.

Actualmente tem um capital social de CVE 100.000.000 (cem milhões de escudos) distribuído por 51 accionistas, sendo de destacar os três principais accionistas com 25.87, 16.56 e 8.47% das acções cada. A proporção para os restantes accionistas varia entre 1 e 5%. Encontra-se sediada na cidade do Mindelo e tem escritórios nas ilhas de Santiago, Sal e Boavista e conta actualmente com 53 colaboradores.

4.2 Política de crédito da empresa

Como foi anteriormente feito referência a empresa está no mercado em três vertentes.

As vertentes de aluguer, venda e assistência técnica a automóveis.

Para as vertentes de aluguer e assistência técnica, a empresa dispõe de uma modalidade de crédito a 30 dias que concede a instituições do Estado e empresas privadas.

A empresa não tem por hábito conceder crédito a pessoas singulares contudo têm aberto algumas exceções para determinadas pessoas consideradas idóneas, mediante para qualquer um dos casos, a autorização do administrador.

Para venda de viaturas utiliza o sistema de cheques pré – datados ou então uma autorização permanente de crédito na sua conta por contrapartida da conta do cliente.

Dispõe também da modalidade de aluguer de longa duração (ALD) gerido por um contrato que consiste basicamente numa entrega inicial de uma caução, seguido do aluguer mensal da viatura por um período de 2 a 4 anos que final é adquirida pelo valor entregue da caução.

Não existe ainda na empresa uma rotina formal de cobrança. No caso de atrasos na liquidação de dívidas, a situação é resolvida mediante um simples telefonema ao cliente para regularização da sua situação.

4.3 Teste de imparidade à carteira de clientes

Pretende-se com o estudo de caso estabelecer uma comparação com aquilo que tem sido até os dias de hoje a realidade cabo-verdiana no tratamento às dívidas de clientes e aquilo que eventualmente poderá vir a ser o cenário com a introdução do novo normativo contabilístico em harmonização com as regras fiscais.

Tabela 1. Cálculo da perda por imparidade acumulada, com taxas por antiguidade de saldos (valores em CVEs)

Antiguidade de saldo		Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor Líquido
Início	Fim		Taxa	Valor	
0	183	50.640.833	0%	0	50.640.833
184	365	18.834.745	25%	4.708.686	14.126.059
366	548	4.163.971	50%	2.081.986	2.081.986
549	730	2.313.579	75%	1.735.184	578.395
731	+	1.977.201	100%	1.977.201	0
		77.930.329		10.503.057	67.427.272

Fonte: Dados primários

O critério escolhido para a avaliação dos dados é a antiguidade dos saldos e tendo em conta que em Cabo Verde, pelo facto do tema ainda ser recente e não haver ainda qualquer pronunciamento por parte das entidades fiscais para o que será o possível tratamento a dar a essa situação, e também por se tratar de trabalho para fins meramente académicos decidimos recorrer por analogia àquilo a que o POC prescreve a esse nível que se resume no seguinte:

O montante anual acumulado da imparidade não poderá ultrapassar os seguintes valores:

- 25% Crédito em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 50% Créditos em mora hajam mais de 12 meses e até 18 meses;
- 75% Crédito em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- 100% Crédito em mora há mais de 24 meses;

Para um montante global de dívida dos clientes da empresa de CVE 77.930.329 e após aplicação das taxas assumidas no nosso pressuposto, foi encontrado um valor imparidade acumulado de CVE 10.503.057.

Tabela 2. Cálculo da provisão acumulada com taxa limite de 5%
(valores em CVEs)

Antiguidade de saldo		Valor bruto	Provisão acumulada		Valor Liquido
Início	Fim		Taxa	Valor	
0	183	50.640.833	5%	2.532.042	48.108.791
184	365	18.834.745	5%	941.737	17.893.008
366	548	4.163.971	5%	208.199	3.955.772
549	730	2.313.579	5%	115.679	2.197.900
731	+	1.977.201	5%	98.860	1.878.341
		77.930.329		3.896.516	74.033.813

Fonte: dados extraídos do balancete da Alucar, sa em 31/12/08

Na tabela nº2 submetemos os mesmos dados ao que a nível de gestão usando o princípio de prudência se tem feito e que em termos de legislação fiscal se exige como limite de provisões para créditos de cobrança duvidosa em Cabo Verde

Em Cabo verde o que podemos constatar é que existe uma taxa fixa para as provisões de clientes de cobrança duvidosa. Existe portanto um mesmo tratamento para qualquer que seja o montante da dívida de um cliente, ignorando deste modo a maior ou menor probabilidade que as empresas tem de as recuperar.

Portanto a partir de um mesmo saldo devedor de clientes de CVE 77.930.329 o valor global de provisão aceite fiscalmente aceite é de CVE 3.896.516 quantia substancialmente inferior da imparidade constatada na tabela 1.

Tabela 3. Cálculo do ajustamento da perda por imparidade acumulada
(valores em CVEs)

Cenário 1	77.930.329	10.503.057	67.427.272
Cenário 2	77.930.329	3.896.516	74.033.813
Diferença	0	6.606.541	-6.606.541

Fonte: Dados extraídos do balancete da Alucar, sa em 31/12/08

A partir da 3ª tabela estamos em condições de fazer uma comparação entre o que tem sido a prática cabo-verdiana e o que supostamente poderá passar a ser feito nos próximos anos com as mudanças que irão ser introduzidas na legislação contabilística e fiscal.

Da diferença entre o total do valor que para nós seria efectivamente a perda por imparidade acumulada para o montante de dívida de clientes de CVE 77.930.329 e o montante fiscalmente aceite como provisão para o mesmo montante de dívida foi encontrado um total de CVE 6.606.540.

Esse montante partido do nosso pressuposto corresponde ao ajustamento de perda por imparidade acumulada.

**Tabela 4. Cálculo do benefício fiscal ou economia de imposto resultante do ajuste
(valores em CVEs)**

Ajuste da PPIA	6.606.541
Taxa de IUR	30%
Taxa de Incêndio, s/ IUR	2%
Benefício fiscal	2.021.601

Fonte: Regulamento Iur em Cabo Verde

A tabela 4 vem traduzir o benefício fiscal ou economia de imposto resultante do ajuste da perda por imparidade.

Com uma taxa de IUR aplicável em Cabo verde de 30% acrescido da uma taxa de incêndio de 2% resulta aproximadamente um montante de CVE 2.021.601 de economia de imposto.

Conclusões

Algumas questões subjectivas se colocarão às empresas, como por exemplo, determinar o valor de uso, o valor da possível imparidade de uma unidade geradora de caixa. Por outro lado, por vezes será muito difícil verificar se existe imparidade relativamente ao “goodwill”, uma vez que os negócios adquiridos poderão ser integrados noutras áreas.

Como apreciação final ao nosso estudo de caso, sentimos a necessidade de exaltar o facto de que para nós o ideal seria fazermos um estudo caso a caso à carteira de cliente da empresa, visto ser notório que a esfera comercial das empresas tem-se tornado cada vez mais imprevisível no que diz respeito à cobrança das dívidas por parte de qualquer empresa, e a Alucar, SA infelizmente não consegue afastar-se ao que se vem tornado regra.

O facto de a empresa ter uma carteira de clientes muito vasta e de não estarmos na posse de dados suficientes que nos possibilitasse fazer o estudo tal como desejaríamos, optamos por fazer uma análise a essa carteira com base na antiguidade de saldos dos seus clientes, o que para o que pretendíamos espelhar com o caso de estudo, não deixa de ser uma alternativa,

Referencias Bibliográficas

Livros

BORGES, António; RODRIGUES, José Azevedo; RODRIGUES, Rogério – *Elementos de Contabilidade Geral*. 22ª Edição, Lisboa, Setembro 2005: reas Editora. ISBN 972-8472-74-9.

COSTA, Carlos B.ALVES, Gabriel C. – *Contabilidade Financeira*. 5ª Edição. Lisboa: Publisher Team, 2005. 1120p. ISBN 989-601-012-9

MACHADO, José B. – *Contabilidade Financeira da Perspectiva da Determinação dos Resultados*. Protocontas, 2000.1465p. ISBN 972-97932-3-9

RODRIGUES, João – *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. 2ª Edição remodelada e actualizada com modelo de contas IFRS. Lisboa: Áreas Editora, 2005. 591p. ISBN 972-8472-00-0

RODRIGUES, José M. – *Sistema de Normalização Contabilística*. Áreas Editora, 2007. 357p. ISBN 978-989-8050-15-7

KIESO, D., Weygant, J., Warfield, T., (2004), *Intermediate Accounting*, NY: Willey 11th Edition.

Documentos Legais e Normativos Internacionais e Nacionais

Decreto-lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro que aprova o Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Despacho Normativo n.º7/2008, que aprova a norma de relato financeiro 6 – Activos Intangíveis – IAS 38

Despacho Normativo n.º8/2008, que aprova a norma de relato financeiro 7 – Activos Tangíveis – IAS 16

Despacho Normativo n.º14/2008, que aprova a norma de relato financeiro 13 – Inventários – IAS 2

Despacho Normativo n.º18/2008, que aprova a norma de relato financeiro 17 – Imparidade de activos – IAS 36

Portaria nº49/2008 que aprova o código de contas do SNCRF

Artigos de Revistas

Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC) – **A Utilidade dos Resultados Mensurados pelo Justo Valor**. «Revista Contabilidade e Finanças». Lisboa. (9) 2001.

Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC) – **A Evolução Tecnológica e a Imparidade dos Valores Activos**. «Revista Contabilidade e Finanças». Lisboa. (9) 2001.

DUQUE, João – **As normas internacionais de relato financeiro**. «Revista. CTOC nº5» Lisboa.

OLIVEIRA, Lúcia – **Os Activos Intangíveis e a Informação Contabilística**. «Revista de Economia Finanças e Gestão». Porto (6) 2000.192

Sites da Internet

www.altavista.com

www.ctoc.pt

Www.infocontab.com

Www.fenacon.org.br/pressclipping/2008/fevereiro/ve/ve260208b.htm – **Valor Online**

Consultado em 10 de Abril de 2009

Trabalhos académicos

SCHVIRCK, Eliandro. A reavaliação de activos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil. 2006, (Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006.

Anexos

Anexo 1 – Balancete de clientes por classe de intervalos (ano 2008);

Anexo 2 – Estatuto da empresa;

Anexo 3 – Gráfico de curva de clientela;